

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

31) De acordo com a Lei nº 4.320/64, no que diz respeito às despesas, relacione a coluna da direita com a da esquerda e depois marque a sequência correta nas alternativas abaixo.

- | | | |
|------------------------------|-----|---|
| (1) Despesas de Custeio | () | dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. |
| (2) Transferências Correntes | () | dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado. |
| (3) Investimentos | () | dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. |
| (4) Inversões Financeiras | () | dotações para o planejamento e a execução de obras, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. |

A sequência correta dessa classificação é

- a) 2 – 1 – 4 – 3
- b) 4 – 2 – 1 – 3**
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 3 – 1

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo a lei nº 4.320/1964:

(1) **DESPESA DE CUSTEIO:** § 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

(2) **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:** § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

(3) **INVESTIMENTOS:** § 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

(4) **INVERSÕES FINANCEIRAS:** Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Fonte:

Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 maio 1964.

32) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo sobre a corrente da Administração conhecida como Teoria Clássica. A seguir, marque a opção com a sequência correta.

- () Predominava a atenção para a estrutura organizacional, para os elementos da Administração, os princípios gerais da Administração e a departamentalização.
- () Prevalencia a preocupação básica de aumentar a eficácia da empresa por meio de técnicas específicas de produção.
- () Enfatizava a estrutura gerencial, ou seja, a estrutura que encabeçava o funcionamento da organização.

() Preponderava a abordagem hierárquica (de cima para baixo), considerando o importante papel das instâncias detentoras do poder de decisão.

- a) F – V – V – F
- b) F – F – V – V
- c) V – F – F – F
- d) V – V – F – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A primeira afirmativa é verdadeira. De acordo com a obra de referência, predominava a atenção para a estrutura organizacional, para os elementos da Administração, os princípios gerais da Administração e a departamentalização.

A segunda afirmativa é falsa. A preocupação básica era aumentar a eficiência da empresa por meio da forma e disposição dos órgãos componentes da organização (departamentos) e de suas inter-relações estruturais.

A terceira afirmativa é falsa. A ênfase se dava na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento) da organização.

A quarta afirmativa é falsa. A abordagem da Corrente Anatômica e Fisiologista é uma abordagem inversa à da Administração Científica: de cima para baixo (da direção para a execução) e do todo (organização) para as suas partes componentes (departamentos). Predominava a atenção para a estrutura organizacional, para os elementos da Administração, os princípios gerais da Administração e a departamentalização. Esse cuidado com a síntese e com a visão global permitia a melhor maneira de subdividir a empresa sob a centralização de um chefe principal.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

33) Considerando Martins & Campos (2011), quanto a uma das principais características de um empreendimento, analise as afirmativas abaixo.

- I. A fim de viabilizar a organização, bem como a sua concretização, é necessário centralizar a execução de todos os trabalhos envolvidos.
- II. O objetivo é a finalidade do empreendimento que, para ser alcançada exige que se saiba, *a priori*, o que será feito com todas as especificações definidas.
- III. A centralização do planejamento e do controle é essencial, visto que a realização de um empreendimento envolve recursos das mais variadas naturezas e procedências.
- IV. O empreendimento para se levar a bom termo deve dotar de uma organização adequada e pessoal devidamente habilitada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) I e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com a obra de referência, faz-se necessário que haja descentralização na execução.

- I. INCORRETA, pois é necessário que haja descentralização na execução. “Como ocorre o envolvimento de muitas especialidades, seria até mesmo impossível centralizar a execução de todos os trabalhos envolvidos, sendo, pois, necessário *descentralizar a sua execução*”.
- II. CORRETA. “O *objetivo* é a finalidade do empreendimento. Pode ser, por exemplo, construir uma nova fábrica ou adquirir um novo equipamento de projeto especial. Deve-se saber, *a priori*, o que será feito com todas suas *especificações* definidas”.
- III. CORRETA. Como a realização de um empreendimento envolve recursos das mais variadas naturezas e procedências, é essencial a *centralização do planejamento e do controle*.
- IV. CORRETA. “Para se levar a bom termo um empreendimento, necessário se faz dotá-lo de uma *organização* adequada e pessoal devidamente habilitada para tal”.

Fonte:

MARTINS, Petronio Garcia; Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

34) Considerando o exposto em Chiavenato (2014) a respeito da contabilidade de custos, faça uma relação preenchendo toda a coluna esquerda com os números da direita e depois marque a sequência correta nas alternativas abaixo. (Alguns números podem ser utilizados mais de uma vez ou não serem utilizados).

- | | |
|--------------------|---|
| (1) Custo fixo | () englobam custos de materiais diretos (materiais ou matérias-primas que são diretamente transformados em produto). |
| (2) Custo variável | () estão diretamente relacionados ao volume de produção ou ao nível de atividade da organização. |
| | () qualquer que seja a quantidade de produtos produzidos, tais custos permanecem inalterados. |
- a) 2 – 1 – 2
b) 1 – 1 – 1
c) 2 – 2 – 1
d) 1 – 2 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com Chiavenato

- (1) Custos fixos: São os custos que independem do volume de produção ou do nível de atividade da organização. Qualquer que seja a quantidade de produtos produzidos, os custos fixos permanecem inalterados; mesmo que a empresa nada produza, eles se mantêm constantes. Envolvem alugueis, seguros, manutenção, depreciação, salários dos gestores e do pessoal de assessoria etc.
- (2) Custos variáveis: São os custos que estão diretamente relacionados com o volume de produção ou com o nível de atividade da organização. Constituem uma variável dependente da produção realizada e englobam custos de materiais diretos (materiais ou matérias-primas que são diretamente transformados em produto ou que participam diretamente na elaboração do produto) e custos de mão de obra direta (salários e encargos sociais do pessoal que realiza as tarefas de produção do produto).

Fonte:

_____. **Gestão de pessoas**: o novo papel de recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

35) De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, no que tange às responsabilidades do servidor público, analise as afirmativas abaixo.

- I. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- II. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. O servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior no que tange à prática de crimes ou improbidade.
- IV. A obrigação de reparar o dano, ocasionado pelo servidor público, estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) II, III e IV.
b) I, II e IV.
c) II e III.
d) I e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a Lei nº 8.112/1990

- (I) Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- (II) Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (III) Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- (IV) Art. 122- § 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Fonte:

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 abr. 1991.

36) Determinada pessoa fez um empréstimo de R\$1.400,00 em um banco cuja taxa de juros mensais é de 6%. Após 2 meses, a pessoa foi à instituição financeira, amortizou R\$600,00 da dívida e renegociou o restante do saldo em 4 parcelas mensais e iguais, de modo que a primeira seria no mês seguinte. Considerando $FVF_{i,n} = 1,1236$ e $FVPA_{i,n} = 3,4650$ e de acordo com os dados fornecidos, o valor de cada parcela renegociada será de

- a) R\$ 245,82.
- b) R\$ 280,82.**
- c) R\$ 345,25.
- d) R\$ 453,97.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Fórmulas:

$$VF_n = VP \times FVF_{i,n}$$

$$FVF_{i,n} = (1+i)^n$$

$$VP = PMT \times FVP_{i,n}$$

$$FVPA_{i,n} = \frac{1}{i} \times 1 \left[1 - \frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

Sendo que:

VF = Valor Futuro

VP = Valor Presente

PMT = Parcela Mensal

FVF = Fator de Valor Futuro

FVP = Fator de Valor Presente de uma Anuidade Ordinária

i = Taxa de Juros

n = Tempo

Resolução

Equação 1

$$FVF_{6,2} = (1+0,06)^2$$

$$FVF_{6,2} = 1,1236$$

$$VF_2 = 1400 \times 1,1236$$

$$VF_2 = \$ 1.573,04$$

Equação 2

$$VP = 1.573,04 - 600,00 = 973,04$$

$$FVPA_{6,4} = \frac{1}{0,06} \times 1 \left[1 - \frac{1}{(1+0,06)^4} \right]$$

$$FVPA_{6,4} = 16,6667 [0,2079]$$

$$FVPA_{6,4} = 3,4650$$

$$VP = PMT \times FVPA_{6,4}$$

$$973,04 = PMT \times 3,4650$$

$$PMT = \$ 280,82$$

O valor de cada parcela será \$ 280,82.

Fonte:

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. 800 p.

37) Dentre os orçamentos abrangidos pela lei orçamentária anual, o fiscal e o de investimento, uma vez compatibilizados com o plano plurianual, devem ter entre suas funções a de

- a) reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.**
- b) garantir o pleno funcionamento da Seguridade Social.
- c) determinar o desenvolvimento do mercado interno.
- d) controlar e fiscalizar as relações inter-regionais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com a Constituição Federal, os orçamentos previstos no § 5º, I e II (fiscal e investimento), do artigo 165, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Fontes:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Capítulo 5, p. 39) Constituição Federal (1988)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição brasileira**, 1988. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas por todas as Emendas Constitucionais. Brasília: Senado Federal, 1988.

38) Segundo Kohama (2014), despesas para aquisição de material, fornecimento e adjudicação de obras e serviços devem ser regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência, de modo que sempre devem estar em conformidade com a legislação relativa às normas para licitações e contratos da Administração Pública. Nessa linha, nos termos do artigo 25 da Lei 8.666/93, para aquisição de materiais a licitação é

- a) inexigível, no caso de os preços terem sido amplamente pesquisados no mercado.
- b) **inexigível, no caso de haver inviabilidade de competição.**
- c) dispensável, tendo em vista o valor estimado da compra.
- d) necessária, em virtude de especificações técnicas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Como previsto pelo artigo 25 da lei 8.666/93, para a aquisição de materiais é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Fontes:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

39) Baseando-se em Chiavenato (2012), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo, sobre a Escola de Administração Científica. A seguir, marque a opção com a sequência correta.

- () Enfatizava a análise e a divisão do trabalho do operário, uma vez que as tarefas do cargo e o ocupante constituíam a unidade fundamental da organização.
- () Sua preocupação básica era aumentar a produtividade da empresa por meio do aumento de eficiência no nível operacional, isto é, no nível dos operários.
- () Caracterizava-se por realizar uma abordagem horizontal, a fim de analisar a organização empresarial como um todo.
- () Atribuía ênfase à integração do operário ao mundo dos negócios, o que exigia a aplicação dos princípios gerais da Administração em bases tecnológicas.

- a) F – V – V – V
- b) V – F – F – F
- c) **V – V – F – F**
- d) F – F – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A primeira alternativa é verdadeira: A preocupação básica da Escola de Administração Científica era aumentar a produtividade da empresa por meio do aumento de eficiência no nível operacional, isto é, no nível dos operários. Quanto à abordagem da Administração Científica, ela se dá de baixo para cima (do operário para o supervisor e gerente) e das partes (operário e seus cargos) para o todo (organização empresarial). Por fim, a ênfase nas tarefas é a principal característica da Administração Científica.

A segunda afirmativa é verdadeira: A preocupação básica era aumentar a produtividade da empresa por meio do aumento de eficiência no nível operacional, isto é, no nível dos operários.

A terceira afirmativa é falsa: a abordagem da Administração Científica é uma abordagem de baixo para cima (do operário para o supervisor e gerente) e das partes (operário e seus cargos) para o todo (organização empresarial).

A quarta afirmativa é falsa. A ênfase nas tarefas é a principal característica da Administração Científica.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

- 40) Considerando o percurso histórico realizado por Chiavenato (2012), para descrever a passagem da Administração Pública burocrática à gerencial, assinale a alternativa correta sobre o prenúncio do modelo gerencial no Brasil.
- a) O modelo de administração gerencial constituiu-se em torno da ideia de que o setor privado tinha que se juntar ao Estado, de modo que ambos viabilizassem determinados serviços.
 - b) **A adoção de uma postura mais empresarial voltada para o incremento na geração de receitas e maior controle dos gastos públicos foi um dos objetivos desse modelo.**
 - c) O Estado mínimo perdeu força, refazendo-se um paradigma e redefinindo o que caberia efetivamente ao Estado fazer e o que deveria ser delegado ao setor privado.
 - d) O modelo gerencial tinha como proposta administrar a *res publica*, tal como a burocracia de modelo weberiano desenvolvida por Vargas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a obra de referência, buscar-se-á a adoção de uma postura mais empresarial, empreendedora, aberta a novas ideias e voltada para o incremento na geração de receitas e maior controle dos gastos públicos.

Pelo contrário, o Estado mínimo volta a ganhar força, ou seja, o que propôs, na verdade, foi a quebra de um paradigma, a redefinição do que caberia efetivamente ao Estado fazer e o que deveria ser delegado ao setor privado. Segundo o autor, o modelo gerencial, inicialmente, implica administrar a *res publica* de forma semelhante ao setor privado, de forma eficiente, com a utilização de ferramentas que consigam maximizar a riqueza do acionista ou a satisfação do usuário (considerando-se a realidade do serviço público). A ideia que começou a ser difundida foi a da devolução ao setor privado daqueles serviços que o Poder Público não tem condições de prestar com eficiência (privatizações), devendo o Estado desenvolver aquilo que lhe cabe, intrinsecamente, fazer (diplomacia, segurança, fiscalização etc.).

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

- 41) Em linhas gerais, como esboçado em Chiavenato (2012), a passagem da administração pública patrimonialista para a administração pública burocrática, representa a passagem de um modelo de Estado
- a) eficiente, uma vez que é extensão do poder do soberano, para um modelo ineficiente, pois incapaz de se voltar aos cidadãos.
 - b) soberano, em que a *res publica* é diferenciada das *res principis*, para um modelo marcado pela autorreferência.
 - c) democrático e liberal, em que o capitalismo se torna dominante, para um modelo cuja razão de ser é a justiça.
 - d) **corrupto e o nepotista para um modelo burocrático pautado pela efetividade do controle de abusos.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo Chiavenato (2012), tem-se a corrupção e o nepotismo no modelo patrimonialista e o controle de abusos no burocrático.

Pelo contrário, a *res publica* não era diferenciada das *res principis*. Quanto à autorreferencialidade do modelo burocrático, ela se confirma. No Estado patrimonialista não se pode falar, efetivamente, em democracia, visto que o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano. Daí ter como consequência a corrupção e o nepotismo que são inerentes a esse tipo de administração. Quanto ao modelo burocrático (tomado na figura do "funcionário"), de acordo com o autor, tem sua razão de ser no controle. Por fim, embora se tenha, de fato, a ineficiência no modelo burocrático, não se pode afirmar que o modelo patrimonialista é eficiente.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

- 42) Conforme previsto pela Lei nº 10.520/02, quanto à equipe de apoio designada para a fase preparatória do Pregão, pode-se afirmar que
- a) deve ser integrada em sua maioria por militares de carreira.
 - b) **tem como uma das atribuições o recebimento das propostas e lances.**
 - c) é impedida de habilitar e adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor.
 - d) no âmbito do Ministério da Defesa, determina-se que ela seja composta por militares.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a lei nº 10.520/02, a equipe de apoio tem como atribuição, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. As funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares no âmbito do Ministério da Defesa. Conforme a Lei, a equipe de apoio pode habilitar e adjudicar objeto do certame ao licitante vencedor. Não está prevista tal determinação, mas sim uma possibilidade.

Fonte:

Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

- 43)** Baseando-se no previsto pela Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta no que tange aos Fundos Especiais.
- a) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, e que obedecem a normas específicas de aplicação.
 - b) A lei que institui o fundo determina que o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço não pode ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.
 - c) **A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais deve ser realizada através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.**
 - d) A determinação das normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas concernentes a fundo especial é de competência privativa do Tribunal de Contas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o Art. 72: A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

A adoção de normas peculiares é facultada. Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Segundo o Art. 73: Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Em consonância com o Art. 74, não se verifica a exclusividade do Tribunal de Contas para determinar tais normas de controle: Art. 74: A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Fontes:

Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 maio 1964.

- 44)** Em se tratando de estrutura organizacional, um dos principais recursos empregados na gestão por processos de negócios, deve-se compreender uma organização que funciona através de
- a) recursos humanos compreendidos como pertencentes a uma caixinha do organograma.
 - b) grupos de funcionários que dependem de uma estrutura superior para tomar decisões.
 - c) estruturas baseadas em posições funcionais ocupadas.
 - d) **estruturas matriciais e equipes multifuncionais.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com a obra de referência: “A organização passa a operar não mais por meio de estruturas funcionais verticais, mas por meio de estruturas matriciais e equipes multifuncionais voltadas para os processos de negócios”.

Sob a perspectiva da administração por processos de negócios, os funcionários devem ter autonomia para agir, e são compreendidos como nós de uma rede de trabalho, e não como um recurso pertencente a uma caixinha do organograma. No ambiente de gestão por processos de negócios, os funcionários devem ser contratados e disponibilizados com base em papéis desempenhados, e não com base em posições funcionais ocupadas.

Fonte:

DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por Processos: uma abordagem moderna da administração**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

- 45)** Analise as afirmativas abaixo, sobre a informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”.

- I. Tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.
- II. Objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.
- III. Considerando uma das especificações da modalidade, Transferências ao Exterior – 80, caracteriza-se pelas despesas realizadas mediante aplicação direta de créditos a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

(I) Conforme se verifica, a natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.

(II) Objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

(III) A modalidade de aplicação Transferência ao Exterior – 80 caracteriza-se pelas despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países, a organismos internacionais e a fundos instituídos por diversos países, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

Fonte:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

46) Conforme observado em Giacomoni (2012), o Empenho, instrumento descrito na Lei nº 4320/64,

- a) consiste na entrega de numerário a servidor para o atendimento de despesas quando não for possível observar o processo normal de realização para tal.
- b) **significa o enquadramento da despesa no crédito orçamentário adequado, que deduz do saldo da dotação o montante dessa despesa.**
- c) deve ser posterior à compra ou prestação do serviço, emitindo-se um documento denominado “Nota de Empenho”.
- d) incide na existência da “Nota de Empenho” e explicita o propósito de agilizar os procedimentos de despesa.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo Giacomoni, o Empenho significa o enquadramento da despesa no crédito orçamentário adequado, que deduz do saldo da dotação o montante dessa despesa. Quanto às demais alternativas, não apresentam conexão com o exposto na obra de referência.

Fonte:

Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 maio 1964.

47) Baseando-se nos estilos de lideranças descritos em Chiavenato (2014), associe as duas colunas relacionando as lideranças com suas respectivas características. Um dos números será utilizado mais de uma vez.

- | | | |
|---------------------------|-----|---|
| (1) Liderança democrática | () | o líder determina qual a tarefa que cada um deverá executar e qual será seu companheiro de trabalho. |
| (2) Liderança autocrática | () | o líder não faz nenhuma tentativa de avaliar ou regular o curso das coisas. Faz apenas comentários quando perguntado. |
| (3) Liderança liberal | () | as diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo que é estimulado e assistido pelo líder. |
| | () | a participação do líder no debate é limitada, apresentando apenas alternativas ao grupo, esclarecendo que poderia fornecer informações desde que solicitadas. |

A sequência correta dessa classificação é

- a) 3 – 2 – 3 – 1
- b) 1 – 3 – 1 – 2
- c) 2 – 3 – 1 – 3
- d) 2 – 1 – 2 – 3

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

	Liderança autocrática (2)	Liderança Liberal (3)	Liderança democrática (1)
Tomada de decisões	Apenas o líder decide e fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo.	Total liberalidade para a tomada de decisões grupais ou individuais, com participação mínima do líder.	As diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo que é estimulado e assistido pelo líder.
Programação dos trabalhos	O líder determina providências para a execução das tarefas, uma por vez, na medida em que são necessárias e de modo imprevisível para o grupo.	A participação do líder no debate é limitada, apresentando apenas alternativas ao grupo, esclarecendo que poderia fornecer informações desde que solicitadas.	O próprio grupo esboça providências e técnicas para atingir o alvo com o aconselhamento técnico do líder. As tarefas ganham novos contornos com os debates.
Divisão do trabalho	O líder determina qual a tarefa que cada um deverá executar e qual será seu companheiro de trabalho.	Tanto a divisão das tarefas como a escolha dos colegas ficam por conta do grupo. Absoluta falta de participação do líder.	A divisão das tarefas fica a critério do grupo e cada membro tem liberdade de escolher seus próprios colegas.
Participação do líder	O líder é pessoal e dominador nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada um.	O líder não faz nenhuma tentativa de avaliar ou regular o curso das coisas. Faz apenas comentários quanto perguntado.	O líder procura ser um membro normal do grupo. É objetivo e estimula com fatos, elogios ou críticas.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel de recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

48) Chiavenato (2014), na linha de Ackoff, discorre sobre três tipos de planejamento, classificados segundo uma filosofia de ação. Sobre o *planejamento adaptativo*, pode-se afirmar que

- a) sua base é predominantemente incremental, no sentido de melhorar continuamente, tornando as operações melhores a cada dia que passa.
- b) sua base é predominantemente retrospectiva, no sentido de aproveitar a experiência passada e projetá-la para o futuro.
- c) é o planejamento voltado para a adaptabilidade, flexibilidade e a inovação da organização.
- d) **é o planejamento voltado para as contingências e para o futuro da organização.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Planejamento adaptativo. É o planejamento voltado para as contingências e para o futuro da organização. As decisões são tomadas no sentido de compatibilizar os diferentes interesses envolvidos, elaborando uma composição capaz de levar a resultados para o desenvolvimento natural da empresa e ajustá-la às contingências que surgem no meio do caminho. O planejamento adaptativo procura reduzir o planejamento retrospectivo voltado para a eliminação das deficiências localizadas no passado da organização. Sua base é predominantemente aderente, pois se ajusta às demandas ambientais e se prepara para as futuras contingências. .

As demais alternativas dizem respeito aos planejamentos conservador e otimizador.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel de recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

49) Indique a opção que completa corretamente as lacunas da assertiva a seguir.

Segundo Chiavenato (2014), o planejamento estratégico é um processo organizacional compreensivo de adaptação, que se constitui por meio da _____, _____ e _____.

- a) aprovação / tomada de decisão / avaliação
- b) coordenação / observação / desempenho
- c) intermediação / produção / resultado
- d) seleção / previsão / integração

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com Chiavenato (2014), o planejamento estratégico é um processo organizacional compreensivo de adaptação através da aprovação, tomada de decisão e avaliação. Procura responder a questões básicas, como: “Por que a organização existe?”, “O que ela faz?” e “Como faz?”. O resultado do processo é um plano que serve para guiar a ação organizacional por um prazo de 3 a 5 anos.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel de recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

50) De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal, quais são as consequências para o ente, quando vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, enquanto perdurar o excesso?

- a) Poderá refinanciar, parcialmente, o principal da dívida mobiliária e realizar operação de crédito, não obstante terá de reduzir 25% (vinte e cinco por cento) das despesas com pessoal.
- b) Ficará impedido de contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- c) Será impedido de refinanciar o principal atualizado da dívida mobiliária, terá de limitar seus empenhos e eleger nova equipe econômica e fazendária.
- d) Poderá contratar operações de crédito, receber transferências voluntárias, porém será impedido de refinanciar o principal atualizado da dívida imobiliária.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O Art. 23, da lei complementar que estabelece normas públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão fiscal, preconiza que não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

As demais alternativas estão em dissonância com o estabelecido pela lei 101/2000.

Fonte:

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 maio 2000.

51) De acordo com a Lei nº 10.520/02, consideram-se bens e serviços comuns

- a) as obras que tenham por objetivo a construção de bens intangíveis que ocasionem bem estar social às camadas sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira.
- b) aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- c) a compra de bens imóveis que serão posteriormente revertidos para o exercício de atividade de assistência social.
- d) aqueles que o edital ou certame determinar, desde que obrigatoriamente relacionados à seguridade social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, “consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. As demais alternativas vão de encontro ao estabelecido pela Lei nº 10.520/02.

Fonte:

Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

52) As ações previstas pelo Plano Plurianual, instituídas por lei e em consonância com o disposto pela Constituição Federal (1988), devem se estabelecer de forma

- a) descontinuada.
- b) independente.
- c) regionalizada.
- d) centralizada.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a obra de referência. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

As ações não são independentes, pois os objetivos estão no nível do governo federal (durante quatro anos), e também no nível dos governos estaduais e municipais.

A passagem do PPA de um governo a outro garante continuidade administrativa, de forma que os novos gestores possam avaliar e, talvez, aproveitar partes do plano que está se encerrando.

As ações previstas não são centralizadas, pois o PPA articula-se à Lei Orçamentária Anual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Fonte:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição brasileira**, 1988. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas por todas as Emendas Constitucionais. Brasília: Senado Federal, 1988.

53) O Anexo de Metas Fiscais, que constitui o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, caracteriza-se pelo estabelecimento, dentre outros instrumentos, do demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão de um determinado tipo de despesas, cujo conceito foi firmado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O enunciado acima faz referência às despesas

- a) obrigatórias de caráter continuado.
- b) de caráter remuneratório.
- c) permanentes.
- d) fixas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com Kohama (2014), o Anexo de Metas Fiscais conterá, dentre outros, demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. As demais alternativas estão em desacordo com a obra de referência.

Fonte:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

54) Segundo Kohama (2014), ao se incluir na lei de orçamento normas relativas a outros campos jurídicos e, portanto, estranhas à previsão da receita e da fixação da despesa, fere-se o princípio orçamentário da

- a) universalidade.
- b) exclusividade.
- c) programação.
- d) unidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

Exclusividade – Deverão ser incluídos no orçamento, exclusivamente, assuntos que lhe sejam pertinentes. Em outras palavras, quer dizer que se deve evitar que se incluam na lei de orçamento normas relativas a outros campos jurídicos e, portanto, estranhas à previsão da receita e da fixação da despesa.

Programação - O orçamento deve ter o conteúdo e a forma de programação. Isto ocorre da própria natureza do orçamento, que é a expressão dos programas de cada um dos órgãos do setor público. Programar é selecionar objetivos que se procuram alcançar, assim como determinar as ações que permitam atingir tais fins e calcular e consignar os recursos humanos, materiais e financeiros, para a efetivação dessas ações.

Universalidade – Deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvam qualquer transação financeira ou econômica. Verifica-se que a universalidade está intimamente ligada com a programação e que, se algo deve fazer parte do orçamento e nele não figura, os objetivos e os efeitos sócio-econômicos que se procuram alcançar poderão ser afetados negativamente pela parte não incluída no orçamento, ou seja, não programada, assim como jamais será possível alcançar um elevado grau de racionalidade no emprego de recursos, se parte dele for manipulada sem a devida programação.

Unidade - Os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem-se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste a um método único. [...] É necessário, portanto, que cada orçamento se ajuste ao princípio da unidade em seu conteúdo, metodologia e expressão, e com isto contribuirá para evitar a duplicação de funções ou superposição de entidades na realização de atividades correlatas, colaborando de maneira valiosa para racionalização na utilização dos recursos.

Fonte:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

55) A Receita Pública classifica-se em Receita Orçamentária e Receita Extra-orçamentária. Esta caracteriza-se como um tipo de receita que, embora não pertença ao poder público, é compreendida pela Lei de Orçamento a fim de se atender ao princípio da universalidade. Como exemplo desse tipo de receita, pode-se considerar os(as)

- a) taxas.
- b) impostos.
- c) contribuições.
- d) operações de crédito.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As operações de crédito que são compreendidas pela Lei do Orçamento a fim de garantir o princípio da universalidade. Uma vez que não pertencem ao poder público, caracterizam-se como simples entradas compensatórias financeiras e que não devem ser consideradas na Lei de Orçamento.

De acordo com a obra, as demais alternativas constituem-se como receita tributária, uma subclassificação da receita orçamentária.

Fonte:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

56) Segundo previsto pela Lei nº 10.520/02, faculta-se, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação. Constituem tais bolsas de mercadoria, sociedades

- a) anônimas ou por quotas de responsabilidade limitada.
- b) instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
- c) civis sem fins lucrativos.
- d) de economia mista.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a lei 10.520/2002, § 1º, poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

§ 2º Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.

§ 3º As bolsas a que se referem o § 2º deverão estar organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.

Fonte:

Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e

serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

57) De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor habilitado adquire estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício. Todavia, ele pode perder o cargo, o que pode se configurar como sentença judicial transitada em julgado ou como processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. A que princípio da administração pública é possível associar essa flexibilização da estabilidade?

- a) Impessoalidade.
- b) Legalidade.
- c) **Eficiência.**
- d) Controle.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com a Lei nº 8.112/90, Art. 21, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Segundo o Art. 22 da Lei nº 8.112/90, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. De acordo com o princípio da Eficiência, conforme explicitado em capítulo à parte, guarda relação com o *modus operandi*. Tem a ver, portanto, com o consumo adequado dos insumos utilizados em determinado processo. Cumpre ressaltar que a introdução desse princípio no ordenamento jurídico corroborou para flexibilizar o instituto da estabilidade. Ou seja, a partir de sua introdução, é possível exonerar o mau servidor em virtude de desempenho insuficiente, avaliado anualmente.

Fonte:

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 abr. 1991.

58) De acordo com Martins & Campos (2011), esta prática se relaciona, geralmente, à necessidade de construção de uma nova fábrica, mudança das instalações fabris para outro endereço ou mesmo a abertura de novos escritórios em outra localidade. No âmbito das esferas governamentais, esta ação se manifesta com mais frequência, pois as obras de infraestrutura, normalmente a cargo dos órgãos públicos, estão frequentemente sendo adquiridas por meio de licitações públicas.

O texto acima faz referência à

- a) pesquisa.
- b) reposição.
- c) **demanda.**
- d) manutenção.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A demanda para bens patrimoniais decorre do planejamento a médio e longo prazo efetuado pelas empresas. Trata-se geralmente da construção de uma nova fábrica, a mudança das instalações fabris para outro endereço ou mesmo a abertura de novos escritórios em outra localidade.

Nas esferas governamentais, a ocorrência é bem mais frequente, pois as obras de infraestrutura, normalmente a cargo dos órgãos públicos, estão frequentemente sendo adquiridas por meio de licitações públicas.

Fonte:

MARTINS, Petronio Garcia; Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

59) De acordo com Giacomoni (2012), este mecanismo é utilizado para retificar o orçamento, durante a sua execução, a fim de atender a situações não previstas quando de sua elaboração.

O recurso mencionado no texto acima diz respeito à (ao)

- a) taxa cambial.
- b) imposto direto.
- c) receita derivada.
- d) **crédito adicional.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com Giacomoni (2012), seria impraticável se o orçamento, durante sua execução, não pudesse ser retificado visando atender a situações não previstas quando de sua elaboração. Há solução para isso e o mecanismo a ser invocado é o do crédito adicional. Segundo o artigo 40 da Lei nº 4.320/64, são créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientes dotadas na Lei de Orçamento.

Fonte:

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas. 2012.

60) De acordo com Chiavenato (2012), qual dos princípios da administração pública pode ser considerado como característica da legitimidade?

- a) Impessoalidade.
- b) Publicidade.
- c) **Moralidade.**
- d) Legalidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Dos princípios apresentados, somente o da moralidade pode ser considerado como uma característica da legitimidade. A moralidade é percebida no comportamento do bom administrador. Diante de alternativas possíveis, escolhe aquela que resulta em maior ganho para a coletividade. É característica, portanto, dos atos praticados com legitimidade. Vale ressaltar que algumas obras, apesar de legais (com observação das regras de licitação, de direito financeiro), podem ser imorais, por não representarem o interesse público, por exemplo, a construção de um obelisco, de uma estátua ou de um monumento em um contexto em que a vontade popular aponta para outra direção.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.